
O mito das comunidades portuguesas

Entrevista com Paulo Filipe Monteiro

Cláudia Pereira

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal

OEm Conversations With

05

outubro de 2016

Paulo Filipe Monteiro é licenciado em Sociologia, pelo ISCTE. Ainda estudante, nos anos 1980, como projeto de fim de curso, iniciou o estudo da emigração das aldeias da serra da Lousã para os EUA. Continuou, mais tarde, a investigação sobre emigrantes portugueses, então a partir do destino, no Connecticut, EUA. Deste percurso surgiu o livro *Emigração. O Eterno Mito do Retorno*, bem como outras publicações, entre as quais, *Luso-Americanos no Connecticut. Questões de Etnicidade e de Comunidade*. É doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, onde ensina drama, cinema e ficção.

Title The myth of the Portuguese community:

Paulo Filipe Monteiro holds a degree in Sociology from the ISCTE – University Institute of Lisbon. While student in 1980's, he began to research on the emigration from villages in Serra da Lousã (Portugal) to the USA. He developed later the topic of the Portuguese emigration, but from the perspective of the destination country, namely in Connecticut, USA. Paulo Monteiro is the author of many books, including *Luso-Americanos no Connecticut. Questões de Etnicidade e de Comunidade* [Portuguese-Americans in Connecticut. Issues of Ethnicity and Community] and *Emigração. O Eterno Mito do Retorno* [Emigration. The Eternal Myth of Return]. He holds a PhD in Communication Sciences from Universidade Nova de Lisboa, where he teaches drama, cinema and fiction.

Palavras-chave Emigração, retorno, comunidade, etnicidade.

Keywords Emigration, return migration, community, ethnicity.

Nas publicações do OEm usa-se a formatação anglo-saxónica dos números:
os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Observatório da Emigração (à frente OEm) – Talvez pudéssemos começar pelo que o levou ao estudo sobre a emigração portuguesa, na sua trajectória profissional?

Paulo Filipe Monteiro (à frente PFM) – Foi uma mistura de trajectória profissional e pessoal. Eu estava a estudar sociologia no ISCTE, e na altura ainda era obrigatório apresentar um trabalho no final dos quatro anos. Comecei a prepará-lo com muita antecedência, a meio do terceiro ano. E tive a sorte de uma pessoa amiga ter recolhido uma série de cartas na Serra da Lousã, em aldeias que foram abandonadas pelos emigrantes e onde a maior parte não voltou –o que não é comum – ou voltou durante pouco tempo e preferiu instalar-se na Lousã. Portanto, das nove aldeias, a situação geral era de não terem quase ninguém, ou terem dois, três, seis habitantes.

OEm – Isso, mais ou menos em que ano?

PFM – Em 1982. Como as aldeias estavam abandonadas, muitas casas eram arrombadas e as pessoas levavam as coisas que lá havia – toalhas, lençóis, louças, num caso até a fonte! – e uma pessoa amiga passou lá e trouxe um molho de cartas. Como sabia que eu estava a estudar sociologia, achou que podia interessar-me por aquilo. E, realmente, eram apaixonantes. Porque havia não só as cartas que a mulher recebia lá na aldeia, mas também as que mandava, porque, quando o marido voltou, trouxe-as atadinhas com um cordel. Portanto, era possível reconstituir a carta e a resposta, a carta e a resposta, carta e ausência, ausência, ausência, resposta. A partir daí comecei a puxar o novelo. Dos anos 20 e 30, creio, havia cartas dirigidas para um endereço ali em Alfama. E lá vou eu para Alfama. Nessa altura atendeu-me uma senhora já de idade “não, esse senhor não mora, nem nunca morou, aqui”. Passado um bocado percebi que, embora nunca lá tivesse morado, as cartas iam para ali, que era residência de alguém conhecido, porque o senhor tinha residências precárias. E, de facto, essa pessoa que me atendeu deu-me a pista: “vá ali àquela rua falar com fulano que é sobrinho dessa senhora”. Eu vou ter com um sobrinho de uma senhora, do tempo das cartas, que em muito pequena tinha servido em casa do protagonista das cartas. E disse-me: “a minha mãe ainda está viva no sítio tal, na vila da Lousã”. Eu fui ter com a mãe... Portanto, resumindo, comecei a puxar o fio da meada e a contactar as pessoas daquele tempo, a recolher muito mais cartas, muito mais documentos, a passar muito tempo nas aldeias. Houve um pouco de observação participante também, como o estar lá, dormir lá, trabalhar com o Sr. Manuel, comer com eles... Numa das aldeias só vivia um casal, e o Sr. Manuel, já com 90 anos e uma grande apetência pela escrita, tinha um diário de coisas passadas na aldeia, outras passadas nos Estados Unidos, contas, cadernos, cópias da escola inglesa. Tinha muitas destas coisas, mas não foi inocente, percebeu que tinha uma ocasião de fazer um negócio, tirou da arca papéis que me vendeu. Com outras cartas que se foram juntando, eu fiquei com muito material que na altura causou algum impacto em Portugal, porque a sociologia estava muito

ligada aos estudos quantitativos e, no ISCTE, por exemplo, nas cadeiras de métodos, passaram a usar o livro que publiquei com esse trabalho, *Terra que já foi Terra*, como exemplo de métodos qualitativos. Em 1986, decidi fazer um *follow-up* desta investigação, indo estudar a mesma população – ou julguei eu que era a mesma – do lado de lá. Antes de emigrarem, eles primeiro estavam três ou quatro anos em Lisboa, sobretudo nas docas, a arranjar dinheiro para a viagem e iam para o Brasil – tenho cartas muito antigas, do século XIX, para o Brasil – ou para os Estados Unidos. No caso destas aldeias, iam para o Connecticut. E decidi-me a fazer essa segunda etapa, esse segundo lado da investigação, que consistiu em estudar os emigrantes no Connecticut. Aí também se cruza um pouco a minha história pessoal, porque eu sou neto de emigrantes. Os meus avós do lado materno conheceram-se na emigração, em New Bedford, Massachusetts, na zona de maior volume de emigração portuguesa. E, portanto, teve essa graça de o estudo também se cruzar um pouco com a história dos meus antepassados. Só que cheguei aos Estados Unidos e não encontrei o que esperava. Não encontrei as célebres comunidades portuguesas, nem portugueses sequer. Encontrei luso-americanos (uma “raça” à parte, diziam eles, “somos marcianos”). E comecei a ler cartas que tinha, a fazer trabalho de campo intensivo, a estudar. Creio que foi talvez o estudo mais completo que fiz na vida e é pena não estar publicado num livro autónomo: vem como uma separata da revista *Povos e Culturas*, da Universidade Católica, com o título *Luso-Americanos no Connecticut. Questões de Etnicidade e de Comunidade*. Espero que os investigadores de hoje ainda vão redescobri-lo. É um estudo muito exaustivo, desde o início da emigração, com os documentos dos censos, a demografia e a história das cidades, a distribuição no espaço, os empregos, a alimentação, os casamentos, os jogos, as festas, a política, as mortes, a Igreja, a vida dos clubes... Tentei ver como foram constituídos, na cidade de Danbury, dois clubes luso-americanos, o The Sons of Portugal Club e o The Portuguese-American Club, como se desenvolveu esse processo de diferenciação que não foi desde início afirmado como “de portugalidade”, ou de “comunidade portuguesa” – porque essa retórica das comunidades só surge muito mais tarde, nos anos 1960 e 1970, muito alimentada pela Igreja. Até lá, das duas uma: ou os emigrados pura e simplesmente desapareciam na sociedade americana e não lhes interessava nada lembrar a alguém que tinham ascendência portuguesa; ou se, por alguma razão estratégica, de negócios sobretudo, queriam manter ainda alguma ligação com Portugal – por exemplo porque tinham uma loja e lhes interessava ter clientes portugueses, ou uma empresa de construção e interessava-lhes sempre mão-de-obra acabada de chegar que aceitasse os trabalhos mais pesados –, nesses casos a retórica é sobre os “luso-americanos”, os Portuguese-Americans.

OEm – Durante quanto tempo decorreu essa investigação? Quando esteve mesmo lá?

PFM – Estive de Maio a Setembro de 1986, com uma bolsa Fullbright. Preparei-me antes, porque já tinha contactos de pessoas e alguma ligação com as pessoas das cartas que queria conhecer.

OEm – Encontrou, então, algumas pessoas das cartas?

PFM – Directamente, não. Mas encontrei bastantes pessoas da Serra da Lousã, que me conheciam e puderam dizer mais coisas sobre as pessoas das cartas. Por exemplo, o meu protagonista – continuo a chamar-lhe assim – tremia muito: a partir de certa altura as cartas vinham muito tremidas e ele dizia “mal posso escrever com este tremor nas mãos”. E lá percebi porquê: quase todos eles, na altura mais recuada da emigração, trabalhavam na cidade de Danbury, em fábricas de chapéus e, portanto, mexendo diariamente em mercúrio, o que tem consequências no sistema nervoso. Aliás, na história da *Alice no País das Maravilhas* há o Mad Hater/o Chapeleiro Maluco, porque, justamente, a função de fazer chapéus envolve o *mercury poisoning* (envenenamento por mercúrio). Portanto, pude ir percebendo muitas coisas das cartas, mas não encontrei directamente as pessoas das cartas.

OEm – E foi aí que se interessou mais pelo conceito de comunidade, que também já abordou? Quer falar um pouco do conceito de comunidade portuguesa, que ainda hoje é utilizado pelo Estado português, e até pela Igreja?

PFM – Eu não ia com nenhuma predisposição contra o conceito de comunidade. Foi algo que realmente surgiu do meu confronto com a realidade que encontrei lá: pessoas muito dispersas, muito atomizadas, uma utilização muito instrumental da relação com Portugal, documentos a mostrarem como, nos anos 1920, na criação dos clubes, eram clubes luso-americanos e não portugueses.

OEm – O próprio título dos clubes...

PFM – É significativo. Há claramente uma realidade que se encaixava mais numa ideia de *network*, e foi aí que me aproximei das teorias do Niklas Luhmann e das redes, cujo centro é o indivíduo. Tinha uma confirmação forte ligada às teorias dos *networks*: a de que mais vale ter uma grande rede que se cruza com portugueses, nalguns casos e nalguns contactos, e noutros casos se cruza com americanos (isto, para aqueles indivíduos que ainda investem alguma coisa nos portugueses, porque muitos desaparecem pura e simplesmente). Portanto, comecei a ver que era do lado de cá que nós formatávamos este conceito de comunidade. Como disse, e muito bem, a Igreja teve um papel importante nisso, alimentando a ideia de uma diáspora, comparando-a aos judeus, ou mesmo à família de Cristo. Por outro lado, foi também desenvolvida pelo Estado português, a quem sempre interessaram as remessas

dos emigrantes, e, portanto, interessava muito alimentar esta ideia de que eles estavam ligados a nós. Ora, o que eu via e, pensando bem, era lógico, é que, se eles, quando estavam cá, sentiram necessidade de sair, de estar fora e de ter uma vida diferente, quanto mais anos passavam de trabalho lá, e já com filhos e netos nascidos lá – que, portanto, os puxavam para lá ficar – menos eram as razões para voltarem. E muito poucos voltavam. O próprio ecossistema das aldeias era tão frágil e tão limitativo – porque são encostas muito íngremes, parcelas muito pequeninas, solo muito magro, não se podem pôr tractores – que não pode haver propriamente um investimento. Eles não podiam enriquecer lá e depois investir isso nas aldeias, não havia por onde investir. Não havia como mecanizar a agricultura, por exemplo, ou a pastorícia. Houve uma tentativa ou outra de criar uma pastorícia mais industrial, mas não funcionou. Portanto, do lado deles havia uma evidência que era ficarem lá, embora – e por isso eu falei em “eterno mito do retorno” – no caso dos que jogavam o jogo da luso-americanidade, subsistisse sempre alguma referência à ideia do retorno e do regresso, mas de uma forma cada vez mais vaga, mais metafórica: “sim, um dia, talvez, eu volte”. Mas, de facto, tudo – o nível de vida, a reforma, os filhos, os netos, as casas, o aquecimento – ligava-os lá e a ficarem lá. O resto era um mito que em grande parte era uma mistificação alimentada pela Igreja e pelo Estado. Mas não só, o próprio estudo da emigração estava sempre a dar como evidente que eles regressariam, e que eles deveriam – como se fosse um dever – regressar, que eles estariam ligados a Portugal. E eu não encontrei isso. Na altura em que publiquei senti que isso não tinha muito eco, e uns anos mais tarde fiz um pequeno livro [*O Eterno Mito do Retorno*] de resumo das duas partes da investigação, quando senti que, mesmo em relação a França, começava a haver consciência de que muitos não voltavam. Dantes, no estudo da emigração, dava-se sempre como evidente o regresso, e isso batia mais certo com a França porque eles estavam mais perto, havia mais ligações e era mais fácil virem, porem os filhos cá a estudar, estarem lá uns anos e voltarem. Mas nos anos 1980, quando muitos estudos começam a mostrar, para França, “olha, eles preferem ficar lá”, eu achei que era o momento de voltar a insistir nesta tônica: não devemos persistir neste mito que é muito ideológico, da “comunidade portuguesa” que, pelo menos no caso dos Estados Unidos, não existe há muito tempo (se é que, alguma vez, existiu).

OEm – Quando falou dos portugueses que foram para os Estados Unidos que estão mais integrados na sociedade americana e que decidiram diluir-se na sociedade americana, quais acha que eram os motivos deles? A vontade de cortar laços com Portugal? Se calhar não tinham nenhum outro motivo estratégico como os que queriam manter os contactos com clientes portugueses... Por um lado a falta de estratégia, não sei se haveria outros motivos, por outro lado...

PFM – É uma boa pergunta. Nos Estados Unidos também há muito a retórica da comunidade. Usam muito o termo *community*, “a nossa comunidade”. É algo que está muito presente, até na linguagem que eles falam quotidianamente. E, ligado a isso, há a ideia do *melting pot*, a de que é uma sociedade como uma grande panela onde todos se misturam. Mas, se formos a ver, há estratos nessa imigração, há posições de poder e jogos entre os mais antigos, os irlandeses sobretudo, que, depois – e eu tentei mostrar isso –, têm uma estratégia de fechamento social. E são os primeiros que conseguem os pequenos lugares de chefes da polícia ou dos bombeiros, ou de vereador municipal, e depois fecham-se e tentam que haja outros mais abaixo do que eles. Há estudos na sociologia sobre esta ideia do fechamento social e é interessante ver como os grupos sociais jogam com esse fechamento: “eu sou submetido àqueles, mas pelo menos tenho uns que estão abaixo de mim”. E, claramente, as várias camadas de imigração, sucessivas no tempo, vão tentando aceder a esses lugares e que os outros mais novos não cheguem a certos lugares profissionais, a certos lugares na cidade, a certas ruas. Os portugueses fazem muito isso em relação aos porto-riquenhos, por exemplo. Ou seja, há um estigma ligado à imigração, e isto para voltar à sua pergunta: porque é que uns preferem não ser portugueses nem luso-americanos? Porque apesar da retórica do *melting pot*, há um estigma em se ser estrangeiro, imigrante e, portanto, se eles conseguirem uma integração tal na sociedade norte-americana que consigam desaparecer completamente – e as mudanças de nome são muito curiosas, eu dou alguns exemplos nos livros de como eles anglicizam os nomes – e serem considerados cidadãos de primeira classe... Eu sei quantos estão nos clubes, não sei quantos eram no total da imigração. Mas diria que mais de metade se somem na sociedade para onde emigraram.

OEm – E como é que eles são representados pelos outros?

PFM – Nunca se falou muito disso. Basicamente há uma espiral, e é muito curioso ver isso no espaço até, eu fiz mapas das deslocações deles no espaço da cidade. Eles começam por lugares muito centrais, que são os piores (em Danbury e Waterbury), vão para o Little Portugal, que são uma ou duas ruas onde estão os clubes e onde há casas colectivas, ou onde alguém lhes alugou uma casa já mobilada. À medida que vão acumulando algumas poupanças, tentam ir para uma casa um bocadinho mais afastada e depois mais afastada e mais afastada e mais afastada. Há, portanto, uma espécie de espiral no espaço geográfico, em que não

admira que alguns depois, pura e simplesmente, acabem por se sumir. E os que estão dentro não falam muito desses de fora, dos que vão desaparecendo. Como há pouco disse, há certas profissões a quem interessa manter contacto com os que acabam de vir. Imaginemos uma mercearia que vende bacalhau: interessa-lhe ter contacto com os que vêm de Portugal. Ou os da construção, porque os trabalhos mais pesados só são aceites pelos recém-chegados, mas à medida que eles forem evoluindo já não quererão trabalhos tão pesados.

OEm – E como é que foi o seu trabalho de campo? Foi bem recebido, por comparação com o da Lousã?

PFM – Fui bem recebido. Também era novinho, 24 anos, tinha um ar de inocência que ajuda sempre no estudo... Fiquei uns dias numa casa, mas eles têm muito essa política de receber quem acaba de chegar, de ir buscar ao aeroporto – que é uma coisa fundamental – e se os que vêm têm direito a uns dias de recepção, depois espera-se que vão singrando. Mas basicamente, sim, fui contactando uns e outros, a questão foi mais a minha perplexidade, porque não era nada do que esperava. E esse é que foi o grande choque. Não encontrar os portugueses, só encontrar luso-americanos, não ver comunidade nenhuma, perceber que o modelo teórico tinha de ser completamente diferente para os abordar, e virar-me para o *network*, para outro tipo de abordagens que me pareceram mais próprias e começar a desmistificar muitos mitos que estavam ligados aos estudos da emigração. Eu gosto muito do trabalho de campo; gosto das entrevistas, mas também dos arquivos, dos registos, da história dos clubes, tudo. Esse meu estudo tem muitos capítulos sobre muitos pequenos aspectos e isso é um incentivo para futuros investigadores: é possível, há muito material, consegue-se recolher material riquíssimo sobre a história dos imigrantes numa cidade ou duas, é surpreendente. E deve-se até à desconfiança em relação aos imigrantes! Houve vários censos na altura das guerras, do medo do comunismo, de controlo dos vários grupos suspeitos, e também vários estudos. Os Ethnic Groups' Surveys são fontes muito valiosas. Houve relatórios, do final dos anos 1930, que descreviam o que os imigrantes liam naquela época, o que é que faziam e comiam e, portanto, há material muito interessante.

OEm – E esses relatórios tinham uma fiel identificação com os portugueses, ou sentiu que eles utilizavam categorias diferentes?

PFM – Claro que nós temos sempre que problematizar as fontes, não podemos tomá-las simplesmente como uma representação fiel do que existia. Por isso eu estou a falar da função que eles tinham... Mas creio que, apesar de tudo, eram bastante fiéis. Porque eu cruzava muito os dados, é uma regra nossa. É como nas entrevistas, se um diz uma coisa eu fico à espera que mais dois digam o mesmo até poder começar a acreditar nisso. E com os dados

dos registos também: cruzando-os, os dados batia bastante certo com esses relatórios de 1939.

OEm – Há mais pontos do seu estudo sobre os emigrantes portugueses que gostasse de destacar?

PFM – Ainda em relação ao caso dos Estados Unidos, justamente nesta retórica mais recente das comunidades – a partir dos anos 1970 –, diz-se que eles criam grupos folclóricos, por exemplo, face ao reconhecimento de que agora “há aqui alguém interessado em apoiar portugueses”. Eles, de quem os relatórios dos anos 1930 diziam que gostavam de música americana e dançavam as canções e as danças americanas, e comiam hambúrgueres... Na comida, na dança e na música estavam muito americanizados e, de repente, temos uns lenços da Nazaré, uns fatos minhotos, umas castanholas que nem sequer têm a ver com as terras de origem, mas que são folclore que é usado para, de uma forma muito instrumental, conseguir alguns benefícios que eles sabem que estão ligados ao facto de serem portugueses. Não quer dizer que não haja algumas manifestações de outro tipo, sobretudo dos açorianos. Alguma imigração açoriana mantém as festas do Espírito Santo, que têm de ser vistas de uma maneira diferente.

OEm – Esses apoios ao folclore vinham de onde? Do estado português ou do americano?

PFM – Dos dois.

OEm – Os dois estimulavam os traços que distinguiam os portugueses?

PFM – Sim. Era de ambos os lados, havia vontade de encontrar ou de fabricar os grupos étnicos.

OEm – Não sei se quer falar mais um pouco do seu livro *O Mito do Eterno Retorno*?

PFM – O *Mito do Eterno Retorno* é uma síntese dos dois lados da pesquisa, com algumas referências a estudos recentes sobre a França, tentando insistir que o paradigma dos estudos da emigração tem que ser alterado. E tentando usar argumentos da questão concreta do retorno, que não é a única – mas era uma questão muito palpável – em que se vê que a emigração tem de ser pensada e investigada de outra maneira.

[Entrevista realizada em Lisboa, 9 de fevereiro de 2011.]



Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração integra o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) do ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Série	OEm Conversations With, 5
Título	O mito das comunidades portuguesas
Autores	Paulo Filipe Monteiro
Editor	Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL
Data	Outubro de 2016
ISSN	2183-718X
DOI	10.15847/CIESOEMCW052016
URI	

Como citar Pereira, Cláudia (2016), "O mito das comunidades portuguesas: entrevista com Paulo Filipe Monteiro", *OEm Conversations With*, 5, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI 10.15847/CIESOEMCW052016

www.observatorioemigracao.pt